



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2026

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ

Secretaria de Municipal de Saúde

Código UASG: 982921

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9580/2025

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO “B” (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO - USB) E AMBULÂNCIAS TIPO “D” (UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO - USA), NOVAS (0 KM), TRANSFORMADAS E EQUIPADAS, COM CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO - CAT (INMETRO), EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14561 E PORTARIA MS Nº 2.048/2002.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.651.800,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília) - Endereço eletrônico:
www.compras.gov.br - Código UASG: 982921

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

| | |
|---|--------|
| DO OBJETO..... | 1 |
| DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 2 |
| DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..... | 2.7.18 |
| DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 3 |
| DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES..... | 4 |
| FASE DE JULGAMENTO..... | 5 |
| DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 6 |
| DOS RECURSOS..... | 7 |
| DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 8 |
| DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... | 9 |
| DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 10 |

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostras.rj.gov.br 1



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9580/2025**

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelo Decreto Municipal nº 3884/2024 e Decreto Municipal nº 4039/2024, e mediante as exigências estabelecidas neste Edital.

Comissão Permanente de Licitação da SEMUSA

Data da sessão: 16/07/2026

Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)

Endereço eletrônico: www.compras.gov.br

Código UASG: 982921

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Participação: AMPLA CONCORRÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO “B” (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO – USB) E AMBULÂNCIAS TIPO “D” (UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – USA), NOVAS (0 KM), TRANSFORMADAS E EQUIPADAS, COM CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – CAT (INMETRO), EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14561 E PORTARIA MS Nº 2.048/2002, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **inabilitação**.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostras.rj.gov.br 2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Cujo sócio e/ou dirigente mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e/ou civil com o prefeito, seu Vice, vereadores, Secretários e Subsecretários ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tais como procuradores municipais, assessores jurídicos, técnicos do Controle interno, membros das comissões de licitações, independentemente dos mesmos possuírem função gratificada ou de ser ocupante de cargo comissionado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5.10. Havendo alguma das incompatibilidades elencadas no item 2.5.5, a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer, no mínimo, seis meses antes da data marcada da licitação.

2.5.11. O rol descrito no item 2.5.5 é meramente exemplificativo, podendo englobar qualquer servidor público municipal lotado em qualquer Secretaria ou Órgão, desde que efetivamente comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, promovendo favorecimento indevido;

2.5.12. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.14. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

2.5.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.5.16. A vedação de que trata o item 2.5.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.17. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.5.18. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.11.1 deste Edital.

2.5.19. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

2.5.20. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2.5.21. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

2.5.22. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

2.5.23. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.5.24. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5.25. A falsidade da declaração de que trata os itens 2.5.19 ou 2.5.24 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

2.5.26. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

2.5.27. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

2.5.28. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

2.5.29. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

2.5.30. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

2.5.31. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

2.5.32. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

2.5.33. e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

2.5.34. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.5.29 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2.5.35. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

2.5.36. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1. valor unitário e total do item;

3.1.2. Marca/Modelo;

3.1.3. Fabricante;

3.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 3.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 4.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

- 4.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 100,00 (cem reais) do valor unitário objeto a ser licitado.
- 4.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 4.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

4.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

4.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

4.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

4.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

4.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

4.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

4.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

4.22.2.2. Empresas brasileiras;

4.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#)

4.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

4.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

4.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

4.25. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

4.26. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

5.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.5.24 deste edital.

5.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. Contiver vícios insanáveis;

5.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

5.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

6.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

6.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

6.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

6.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor, devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no art. 5º, da Lei Federal nº14.133 de 2021, para que possam eventualmente recorrer.

6.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

6.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

6.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1.

6.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, estas últimas, desde que preencham os requisitos previstos no art. 34, da Lei n.º 11488/2007, por ocasião da participação em Certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

6.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.

6.20. O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei n.º 14.133, de 21 de junho de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação;

6.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.5. Fraudar a licitação;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

8.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital e no Decreto 4.039/2024, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: www.compras.gov.br. – Email: cplp.semusa@gmail.com

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

10.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

10.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

10.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.6. Na falta de regulamentos municipais, serão aplicados os federais até que nova norma seja aprovada pelo Município, sempre interpretando-as de acordo com o DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 e os princípios gerais do direito.

10.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10.12. As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato celular com WhatsApp habilitado para receber todas as notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas unicamente pelo Jornal Oficial do Município.

10.13. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

10.14. As regras relativas à fiscalização e à gestão do contrato, contendo os critérios objetivos de avaliação do desempenho do contratado, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

10.15. A exigência de garantias e seguros, quando for o caso, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

10.16. Os prazos e condições para a entrega do objeto, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

10.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.17.1. ANEXO I - Termo de Referência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

- 10.17.2.** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 10.17.3.** ANEXO III – Critério de Aceitabilidade
- 10.17.4.** ANEXO IV – Proposta de Preços

Rio das Ostras, 26 de junho de 2026.

Evandro Pereira Minguta

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
DECRETO MUNICIPAL N.º 3.884/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9580/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ambulâncias Tipo “B” (Unidade de Suporte Básico – USB) e ambulâncias Tipo “D” (Unidade de Suporte Avançado – USA), novas (0 km), transformadas e equipadas, com Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT (INMETRO), em conformidade com a ABNT NBR 14561 e Portaria MS nº 2.048/2002, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|--------|-----|-----|----------------------|-------------------|
| 1 | Ambulância Tipo “B” – Suporte Básico : Finalidade: transporte de pacientes sem risco de vida, para remoções simples entre unidades, realização de exames específicos ou retorno à residência, no âmbito da Rede da SMS. Descrição geral: veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, potência mínima 103 CV, PBT mínimo 3.500 kg, ar-condicionado na cabine e no salão, direção hidráulica, sistema de comunicação fixo e móvel, sirene e sistema de iluminação/sinalização de emergência (incluindo giroscópio). Carroceria/cabine (salão do paciente): altura mínima 1,70 m (assoalho ao teto), largura mínima 1,60 m (a 30 cm do assoalho) e comprimento mínimo 2,10 m (porta traseira ao encosto do banco do motorista), com comunicação ampla entre cabine e salão; degrau/estribo na porta traseira quando distância do solo ao piso do salão > 50 cm. | 48518 | UND | 02 | 365.800,00 | 731.600,00 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>Portas: traseiras com abertura mínima em duas posições (90° e 180° ou 90° e 270°), altura mínima 1,70 m, retenção automática; altura interna original de fábrica (sem alterações estruturais); porta lateral de correr; travas de segurança; vidros traseiros jateados com duas faixas transparentes.</p> <p>Sistema elétrico: sistema original do veículo com bateria adicional independente para o compartimento de atendimento (mín. 120 A, 12 V, sem manutenção), instalada em local seguro e de fácil acesso; alimentação por duas baterias (chassi e auxiliar), suportando funcionamento simultâneo dos equipamentos; sistema automático que impeça uso da bateria do motor para alimentar o compartimento e luzes de emergência com motor desligado; circuitos do salão independentes do chassi; proteção por disjuntores/dispositivos eletrônicos e diagramas em português; central elétrica com disjuntor térmico/automático, relés, base de fusíveis e chave geral próxima ao motorista; inversor 12 V para 110/220 V com potência mínima 1000 W; painel elétrico interno com régua integrada contendo no mínimo 6 tomadas (4 de 110 V – 2P+T e 2 de 12 V) com interruptores iluminados, mantendo distância mínima de 31 cm de qualquer ponto de oxigênio; tomada</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>externa tripolar para captação de energia na parte superior do lado esquerdo, próxima à porta do motorista, com extensão mínima 20 m. Iluminação: natural pelas janelas (vidros jateados com duas faixas transparentes); artificial com no mínimo 4 luminárias no teto (diâmetro mín. 20 cm, base em aço inox, lâmpadas alógenas de dupla intensidade e lente em policarbonato), distribuídas conforme ABNT; 2 luminárias com foco direcionado para a maca (lâmpadas dicroicas mín. 50 W); iluminação artificial funcionando com motor ligado ou desligado; holofote traseiro externo com foco direcional em 180°.</p> <p>Sinalização acústica e luminosa: iluminação interna com 2 luminárias; dianteira com sinalizador ótico-acústico-visual sem interferência eletromagnética; laterais com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores de cada lado; traseira com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores das portas traseiras e 1 farol de embarque no teto.</p> <p>Ventilação/climatização: ventilação por janelas e ar-condicionado; motorista com sistema original do fabricante; compartimento do paciente com climatização conforme item 5.12 da NBR 14.561.</p> <p>Equipamentos mínimos: maca articulada com colchonete, suporte de</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>soro/plasma, rodas e 3 cintos reguláveis com fecho tipo “push boton” (mín. 1,80 m); cadeira de rodas dobrável; pranchas longas (02) com imobilizador lateral de cabeça e 3 cintos reguláveis (suporte até 200 kg); conjunto de colares cervicais; suporte de soro/plasma; suporte duplo de oxigênio de 16 L; cilindro de oxigênio de 16 L com válvula e manômetro + 1 cilindro reserva; conjunto de colares cervicais adulto e pediátrico; EPI (óculos, máscaras, capotes/aventais e luvas).</p> <p>Desenho interior: reforço na lateral esquerda para fixação de equipamentos; banco baú com encostos/assentos estofados para acompanhantes com cintos; armário superior esquerdo em compensado naval revestido em fórmica com portas corrediças em acrílico transparente; assento do profissional responsável, anatômico, regulável e giratório com cinto; revestimento interno lavável de alta resistência e piso antiderrapante; acolchoamento nas 4 laterais; janela com abertura; trilho para fixação da maca.</p> <p>Sistema de oxigênio/ar comprimido: rede de oxigênio com régua tripla para respirador, fluxômetro com umidificador e aspirador tipo Venturi, com 2 cilindros de 16 L (válvula/manômetro) em suportes com cintas reguláveis permitindo uso alternado; sistema</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | | |
|---|---|-------|-----|----|------------|------------|
| | portátil de oxigênio completo com cilindro mín. 0,5 m³, válvula redutora, manômetro, fluxômetro e circuito do paciente, acondicionado em estojo com alça e fixação no salão e na maca. | | | | | |
| 2 | <p>Ambulância Tipo “D” – Suporte Avançado (0 km)</p> <p>Finalidade: transporte de pacientes que demandam cuidados médicos intensivos, com suporte avançado à vida.</p> <p>Descrição geral: veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, adaptado para Ambulância Tipo D (Suporte Avançado), com motor diesel turboalimentado, potência mínima 103 CV, PBT mínimo 3.500 kg, ar-condicionado na cabine e no compartimento de atendimento, direção hidráulica, sistema de comunicação fixo e móvel, sirene e sistema de iluminação/sinalização de emergência (incluindo giroflex/giroscópio).</p> <p>Carroceria/cabine (salão do paciente): altura interna mínima 1,70 m (assoalho ao teto), largura mínima 1,60 m (a 30 cm do assoalho) e comprimento mínimo 2,10 m (porta traseira ao encosto do banco do motorista).</p> <p>Portas: duas portas traseiras com abertura mínima em duas posições (90° e 180° ou 270°), com retenção automática; altura mínima 1,70 m; altura</p> | 48518 | UND | 02 | 460.100,00 | 920.200,00 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>interna original de fábrica (sem alterações estruturais); porta lateral de correr; travas de segurança; vidros traseiros jateados com duas faixas transparentes.</p> <p>Sistema elétrico: sistema original do veículo com bateria adicional independente para o compartimento; bateria auxiliar mínima 120 A, 12 V, sem manutenção; isolamento automático da bateria do motor quando veículo desligado; circuitos independentes (chassi e compartimento); proteção por disjuntores automáticos/manuais de fácil acesso; inversor 12 V para 110/220 V com potência mínima 1.000 W; painel interno com no mínimo 6 tomadas (4 de 110 V AC e 2 de 12 V DC); tomada externa tripolar para captação de energia com extensão mínima 20 m.</p> <p>Ventilação/climatização: janelas com sistema de abertura/fechamento; ar-condicionado independente no compartimento de atendimento; em conformidade com a NBR 14.561.</p> <p>Desenho interior: reforço lateral para fixação de equipamentos médicos; banco baú para acompanhantes com cintos; lixeira e compartimento para prancha longa; armários superiores e inferiores em compensado naval revestido; assento anatômico giratório com cinto para profissional de saúde; revestimento interno lavável de alta resistência e piso antiderrapante; trilho</p> | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>para fixação da maca; acolchoamento nas 4 laterais; janela com abertura. Iluminação: natural por janelas; artificial com no mínimo 4 luminárias no teto e 2 direcionais sobre a maca; holofote traseiro externo com foco direcional. Sinalização acústica e luminosa: dianteira com sinalizador acústico- visual e sirene eletrônica de 100 W; laterais com luz branca de cena e luzes vermelhas de advertência; traseira com luzes vermelhas de advertência e farol de embarque. Materiais/equipamentos mínimos: bombas de infusão; monitor; desfibrilador; cardioversor bifásico; oxímetro de pulso portátil; ventilador pulmonar portátil para adultos e pediátrico; maca articulada com cintos; cadeira de rodas dobrável; pranchas longas; conjunto de colares cervicais adulto e pediátrico. Sistema de oxigênio: rede fixa de oxigênio com régua tripla; dois cilindros de oxigênio de 16 L; sistema portátil completo de oxigênio com possibilidade de fixação na maca.</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

1.1.1. A tabela descritiva do objeto, com item, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total, servirá de base para a formalização contratual, sem prejuízo da atualização dos valores conforme o resultado do procedimento e da necessidade de preenchimento definitivo no instrumento contratual próprio.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usuais no mercado especializado de veículos transformados para atendimento móvel de urgência, permitindo comparação direta entre propostas e verificação objetiva de conformidade técnica no recebimento.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, nos termos da regulamentação municipal aplicável, por se tratar de aquisição de ambulâncias Tipo "B" (Unidade de Suporte Básico – USB) e Tipo "D" (Unidade de Suporte Avançado – USA), novas (0 km), transformadas e equipadas, destinadas à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

prestação de serviço público essencial de urgência e emergência, com especificações técnicas vinculadas a requisitos normativos, sem características supérfluas, ostentatórias ou de alto padrão dissociadas da finalidade pública.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo a formalização, a entrega em remessa única, o recebimento, a liquidação da despesa e os demais atos necessários ao encerramento da contratação.

1.4.1. A vigência estabelecida no subitem anterior destina-se à conclusão de todas as etapas da contratação, inclusive entrega, verificação de conformidade, recebimento e pagamento, não caracterizando prestação continuada.

1.5. Não será estabelecida exclusividade, cota reservada ou tratamento favorecido específico para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas quando inexistentes os pressupostos legais que autorizem a aplicação do benefício, considerando a natureza do objeto, a complexidade técnica da solução, a necessidade de fornecimento integral de ambulâncias completas, transformadas, equipadas, regularizadas, com garantia e assistência técnica integradas, bem como a necessidade de preservar a segurança assistencial, a padronização e a adequada execução do objeto.

1.5.1. O afastamento de tratamento favorecido específico não impede a participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas que comprovem capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e documental para execução integral do objeto, nem afasta os benefícios procedimentais previstos na legislação aplicável, quando cabíveis.

1.6. A forma de fornecimento/entrega do objeto será em remessa única, devendo o CONTRATADO entregar, de uma só vez, a totalidade do quantitativo contratado (02 ambulâncias Tipo “B” – USB e 02 ambulâncias Tipo “D” – USA), completas, transformadas e equipadas, acompanhadas de toda a documentação exigida (incluindo CAT/INMETRO, manuais e termos de garantia), para fins de recebimento provisório e definitivo, na forma deste Termo de Referência.

1.7. As especificações técnicas constantes deste Termo de Referência foram definidas com base em critérios objetivos de desempenho, segurança, funcionalidade, conformidade normativa e adequação assistencial, não havendo indicação de marca, fabricante, modelo ou transformador específico. Serão admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às exigências mínimas deste instrumento, à ABNT NBR 14561, à Portaria MS nº 2.048/2002 e às demais normas aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem por finalidade recompor e ampliar a capacidade operacional do atendimento móvel de urgência e das remoções sanitárias da rede municipal de saúde, mediante o fornecimento de ambulâncias novas, transformadas, equipadas, regularizadas e aptas ao uso imediato, de modo a assegurar segurança assistencial, continuidade do serviço público e adequação técnica da frota disponibilizada ao Município.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 39223581000166-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 2705, 2706;
- IV) Classe/Grupo: 2320 – VEÍCULOS SOBRE RODAS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 982921-465.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na aquisição (fornecimento) de 04 (quatro) ambulâncias novas (0 km), do tipo furgão monobloco, devidamente transformadas e equipadas, sendo 02 (duas) Ambulâncias Tipo “B” – Unidade de

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar

Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostras.rj.gov.br 27



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Suporte Básico (USB) e 02 (duas) Ambulâncias Tipo “D” – Unidade de Suporte Avançado (USA/ASA), destinadas à prestação de serviço público essencial de urgência/emergência e remoções no âmbito da rede municipal de saúde, com entrega em remessa única, completas e operacionais.

3.1.1. Conformidade normativa e qualidade mínima. As ambulâncias deverão atender, integralmente, às normas e requisitos técnicos aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 14561 (vigente) e a Portaria MS nº 2.048/2002, com transformação veicular comprovada por CAT – Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (INMETRO) vigente (ou documento equivalente válido), assegurando segurança, utilidade, resistência e aptidão ao uso.

3.1.2. Composição da solução (ciclo “entrega completa”). O fornecimento deverá contemplar, de forma indissociável: (a) veículo-base novo (0 km), original de fábrica, em condições de emplacamento e regularização; (b) transformação veicular para configuração de ambulância do tipo contratado, com todos os sistemas instalados e testados (elétrico, iluminação, sinalização, climatização, fixações, mobiliário etc.); (c) equipamentos e acessórios embarcados mínimos exigidos para cada tipo (USB/USA), instalados, fixados e em funcionamento; e (d) documentação técnica e legal completa (CAT/INMETRO, certificados/laudos aplicáveis, relação de itens entregues, manuais em português e termos de garantia). As especificações técnicas mínimas detalhadas das ambulâncias Tipo “B” e Tipo “D” são aquelas descritas no quadro do subitem 1.1 e integram este Termo de Referência para todos os fins.

3.1.3. Especificação técnica mínima – Ambulância Tipo “B” (USB). Veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, com requisitos mínimos definidos neste Termo de Referência e detalhados no quadro do subitem 1.1, incluindo, entre outros: potência mínima de 103 CV; PBT mínimo de 3.500 kg; ar-condicionado na cabine e no salão; direção hidráulica/assistida; sistema de comunicação fixo e móvel; sirene e sinalização luminosa/acústica; dimensões mínimas do salão do paciente (altura mínima de 1,70 m; largura mínima de 1,60 m a 30 cm do piso; comprimento mínimo de 2,10 m); portas traseiras com abertura em posições mínimas previstas; sistema elétrico com bateria auxiliar mínima de 120 A/12 V, inversor mínimo de 1.000 W e painel interno com no mínimo 6 tomadas (110 V e 12 V); iluminação interna mínima, holofote traseiro; maca articulada com cintos; cadeira de rodas; pranchas longas; colares cervicais; EPI; sistema de oxigênio com rede fixa e sistema portátil completo; mobiliário; revestimentos internos laváveis; piso antiderrapante e fixações, conforme norma técnica aplicável.

3.1.4. Especificação técnica mínima – Ambulância Tipo “D” (USA/ASA). Veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, adaptado para suporte avançado, com requisitos mínimos definidos neste Termo de Referência e detalhados no quadro do subitem 1.1, incluindo, entre outros: motor diesel turboalimentado; potência mínima de 103 CV; PBT mínimo de 3.500 kg; ar-condicionado na cabine e no compartimento; sistemas de comunicação, sirene e sinalização; dimensões mínimas do salão do paciente (altura mínima de 1,70 m; largura mínima de 1,60 m a 30 cm do piso; comprimento mínimo de 2,10 m); sistema elétrico com bateria auxiliar, inversor e tomadas conforme mínimo estabelecido; mobiliário e fixações; iluminação e sinalização completas; e equipamentos mínimos de suporte avançado de vida, incluindo ventilador pulmonar portátil para adulto e pediátrico, desfibrilador/cardioversor, monitor, bombas de infusão, oxímetro portátil e sistema de oxigênio fixo e portátil, além dos demais itens obrigatórios do tipo.

3.1.5. Sustentabilidade e ciclo de vida. A solução considera o ciclo de vida do objeto ao exigir materiais internos laváveis, resistentes e de alta durabilidade, com menor necessidade de substituição por desgaste; fixações e mobiliário adequados, reduzindo riscos de avarias por vibração e uso severo; manualização e documentação técnica em português, favorecendo uso correto e maior vida útil; garantia do produto e assistência técnica em garantia, assegurando a correção de vícios e defeitos de fabricação, transformação e instalação no período de cobertura; e destinação ambientalmente adequada de embalagens e materiais de acondicionamento, quando aplicável, com observância de boas práticas de redução de resíduos.

3.1.6. Condição de aceitação da solução. Será considerada entregue a solução apenas com a disponibilização de cada ambulância completa, transformada, equipada, documentada, testada e apta ao uso, observadas as normas técnicas e as especificações deste Termo de Referência, sendo vedada a entrega de veículo-base incompleto, sem equipamentos ou sem documentação essencial.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371



Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos, no que couber, os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Materiais e acabamento: deverão ser priorizados materiais de revestimento interno laváveis, resistentes e de maior durabilidade (ex.: superfícies de fácil higienização, resistentes a desinfetantes e ao uso severo), reduzindo necessidade de substituições e geração de resíduos ao longo da vida útil.

4.1.2. Embalagens e resíduos: o contratado deverá adotar boas práticas de redução de resíduos, incluindo recolhimento/destinação ambientalmente adequada de embalagens, plásticos, proteções e materiais de acondicionamento utilizados no transporte e entrega, quando aplicável, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.3. Eficiência e racionalidade no consumo: os equipamentos embarcados e sistemas elétricos instalados deverão ser compatíveis com o uso pretendido, com circuitos protegidos e dimensionamento adequado (bateria auxiliar, inversor, disjuntores), evitando desperdícios, sobrecargas e falhas recorrentes, contribuindo para maior vida útil do conjunto.

4.1.4. Documentação e orientação ao uso: deverão ser entregues manuais e orientações em língua portuguesa, favorecendo operação adequada, reduzindo danos por uso incorreto e ampliando a vida útil do bem.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021):

4.2. Não será admitida a indicação de marca(s) ou modelo(s) específicos, devendo a contratação observar requisitos de desempenho, segurança, qualidade e conformidade normativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.884/2024, aceitando-se produtos equivalentes desde que atendam integralmente às especificações deste Termo de Referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto:

4.3. Não há, até o presente momento, vedação prévia de marca ou produto registrada em processo administrativo específico para este objeto. Caso exista processo administrativo anterior com conclusão de inadequação de marca/produto para atendimento aos requisitos mínimos, a vedação deverá ser formalizada e juntada aos autos, com a devida motivação e observância do art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021.

Da exigência de amostra/prova de conceito:

4.4. Não será exigida apresentação de amostras, protótipos ou prova de conceito, considerando tratar-se de bem cuja conformidade será verificada no recebimento provisório e definitivo, mediante conferência técnica e documental (incluindo CAT/INMETRO e conformidade com ABNT NBR 14561), sem prejuízo de diligências para esclarecimentos.

Da exigência de carta de solidariedade:

4.5. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, por não se tratar, no momento, de condição excepcional devidamente motivada que justifique potencial restrição à competitividade.

Subcontratação:

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, especialmente da parcela principal consistente no fornecimento, transformação, equipagem e entrega das ambulâncias completas e operacionais, com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

documentação regular, ressalvada a utilização de rede autorizada para atendimento de garantia, quando aplicável, sem descaracterizar a responsabilidade integral do contratado.

Garantia da contratação:

4.7. Garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

4.8. A futura contratada se obriga a apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

4.9. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.16. A futura Contratada executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.18. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A futura Contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

4.24. Garantia do produto, da transformação veicular e dos equipamentos embarcados

4.24.1. A contratada deverá assegurar, sem ônus adicional para a Administração, garantia mínima dos veículos, da transformação/adaptação veicular e dos equipamentos embarcados, abrangendo vícios, defeitos de fabricação, instalação, adaptação, montagem, funcionamento, acabamento, fixação, sistemas elétricos, sistemas de oxigênio, climatização, sinalização, mobiliário interno e demais componentes fornecidos.

4.24.2. A garantia mínima deverá observar os prazos previstos pelo fabricante do veículo, pelo transformador e pelos fabricantes dos equipamentos embarcados, prevalecendo, em qualquer hipótese, o prazo mais vantajoso para a Administração, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

4.24.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica especializada, própria ou por rede autorizada, apta a atender os veículos e equipamentos fornecidos, com utilização de peças originais ou equivalentes certificadas, observadas as recomendações dos fabricantes, manuais de operação, normas técnicas aplicáveis e boas práticas de segurança.

4.24.4. A assistência técnica deverá abranger a correção de vícios, defeitos de fabricação, transformação, instalação ou funcionamento dos veículos e equipamentos embarcados, incluindo, quando necessário, a substituição de componentes críticos, sem custos adicionais para a Administração.

4.24.5. A contratada deverá disponibilizar atendimento inicial em até 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas da abertura do chamado pela Administração, e, quando necessário atendimento presencial, este deverá ocorrer em prazo compatível com a criticidade do serviço público de urgência e emergência, preferencialmente em até 5 (cinco) dias úteis, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela fiscalização.

4.24.6. No ato da entrega, a contratada deverá realizar orientação técnica básica às equipes indicadas pela Administração quanto ao uso correto dos equipamentos embarcados, sistemas elétricos, sistemas de oxigênio, climatização, sinalização, fixações, rotinas de verificação e cuidados de conservação previstos nos manuais, sem que isso caracterize contratação de serviço contínuo ou de manutenção permanente.

4.24.7. A garantia e a assistência técnica previstas neste item não afastam a responsabilidade da contratada pela entrega do objeto em plena conformidade com o Termo de Referência, nem prejudicam a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.

5. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Os licitantes, adjudicatários e a futura contratada ficarão sujeitos às penalidades e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3.884/2024, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

6. DO REAJUSTE CONTRATUAL

6.1. Em razão de se tratar de aquisição de bens permanentes, com fornecimento integral em remessa única e prazo de entrega inferior a 12 (doze) meses, não haverá incidência de reajuste contratual durante a execução ordinária do objeto.

6.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando devidamente comprovadas e formalmente reconhecidas pela Administração, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.



7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Ordem de Entrega, em remessa única, devendo as ambulâncias ser entregues completas, transformadas, equipadas, regularizadas e acompanhadas da documentação técnica e legal exigida para o recebimento.

7.2. Os bens deverão ser entregues na SECTRA – Secretaria de Trânsito, Rua Niterói, nº 2.099, Loteamento Atlântica – Rio das Ostras/RJ, CEP: 28890-000, ou em outro ponto formalmente indicado pela Administração no instrumento convocatório ou na ordem de fornecimento.

7.3. O prazo de garantia contratual do objeto, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor e das garantias específicas dos equipamentos embarcados, quando superiores.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial destinada ao alinhamento das condições de entrega, da documentação exigível, dos procedimentos de recebimento, da fiscalização contratual e das sanções aplicáveis, quando pertinente.

Fiscalização

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica (Art. 17, II, c/c Art. 42 do Decreto nº 3.884/2024)

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º).

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da execução contratual sob sua responsabilidade, com vistas à adoção das providências de encerramento, recebimento definitivo e eventuais medidas saneadoras.

Fiscalização Administrativa (Art. 17, III, c/c Art. 43 do Decreto nº 3.884/2024)

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as formalizações administrativas pertinentes, solicitando quaisquer documentos comprobatórios necessários.

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).

8.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.9.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos contratuais, ao acompanhamento do empenho, do pagamento e das garantias, bem como às demais formalizações administrativas necessárias.

8.9.2. Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas, solicitando os documentos necessários a esta constatação.

8.9.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias, quando aplicável.

8.9.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.9.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato.

8.9.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

8.9.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9.8. Receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratadas, para fins de pagamento.

8.9.9. Nos casos de requerimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado por meio de documentos idôneos, realizando análise crítica da compatibilidade dos valores apresentados com a realidade de mercado.

8.9.10. Receber todos os documentos necessários para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, ao gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação ao setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil.

8.9.11. Quando aplicável, verificar o cumprimento das obrigações legais pela contratada relacionadas à execução do ajuste, inclusive quanto às exigências trabalhistas e de segurança ocupacional



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

incidentes sobre sua estrutura empresarial, comunicando ao gestor eventual irregularidade para adoção das providências cabíveis.

8.9.12. Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto aos setores competentes da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no Decreto Municipal nº 3.884/2024.

Gestor do Contrato (Art. 41 do Decreto nº 3.884/2024)

8.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências e das alterações formalizadas, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

8.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção às ocorrências relevantes, às eventuais penalidades aplicadas e às informações necessárias ao atesto de cumprimento do objeto.

8.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, da quantidade, da conformidade técnica, da documentação obrigatória e do pleno funcionamento dos bens, mediante termo detalhado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

9.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.9.1. o prazo de validade;

9.9.2. a data da emissão;

9.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.9.4. a descrição do objeto efetivamente entregue;

9.9.5. o valor a pagar;

9.9.6. o número da Nota de Empenho;

9.9.7. o número da Ordem de Fornecimento/Ordem de Entrega, quando houver;

9.9.8. a descrição dos bens;

9.9.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista pertinente, verificada por meio das certidões oficiais aplicáveis e/ou mediante consulta aos sítios eletrônicos competentes, nos termos da legislação vigente e do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. A Administração deverá verificar, antes do pagamento, a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como a inexistência de impedimentos para contratar com o Poder Público, por meio de consulta às certidões e cadastros oficiais cabíveis.

9.13. Constatada situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários à satisfação de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas cabíveis no processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados quanto às parcelas incontroversas, observada a legislação aplicável, até ulterior deliberação administrativa sobre a irregularidade constatada.

Prazo de pagamento

9.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE, índice oficial de correção monetária.

Forma de pagamento

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, tendo em vista tratar-se de aquisição com entrega em remessa única e pagamento condicionado ao recebimento provisório/definitivo e à liquidação da despesa, nos termos deste Termo de Referência.

9.24. Ficam prejudicados os subitens relativos a recibo/nota fiscal para antecipação, etapas de antecipação e garantia adicional específica para antecipação, por não se aplicar ao objeto desta contratação.

9.25. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

9.26. O pagamento será realizado após a regular execução do objeto, assim entendida a entrega das ambulâncias novas, transformadas, equipadas, documentadas, testadas e aceitas pela Administração, observados o recebimento definitivo, a finalização da liquidação da despesa, a regularidade fiscal e trabalhista exigível e as retenções tributárias incidentes.

9.26.1. Para fins de pagamento, não se trata de remuneração por serviços prestados, mas de pagamento decorrente do fornecimento de bens permanentes, consistente na aquisição de ambulâncias Tipo "B" e Tipo "D", novas, transformadas, equipadas, regularizadas e aptas ao uso, na forma deste Termo de Referência.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, considerado cada item como lote



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

indivisível por tipo de ambulância, sendo o Item 1 correspondente ao fornecimento integral de 02 (duas) ambulâncias Tipo “B” — Unidade de Suporte Básico (USB) e o Item 2 correspondente ao fornecimento integral de 02 (duas) ambulâncias Tipo “D” — Unidade de Suporte Avançado (USA/ASA), vedado o fracionamento interno do quantitativo de cada item.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral, em remessa única.

10.2.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

10.2.2. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento integral de ambulâncias novas, transformadas, equipadas, regularizadas e aptas ao uso, com documentação técnica, CAT/INMETRO, garantia, assistência técnica e responsabilidade integral pela entrega do objeto.

10.2.3. A admissão de consórcio poderia dificultar a identificação de responsabilidades quanto ao veículo-base, à transformação veicular, aos equipamentos embarcados, à regularização documental, à emissão do CAT/INMETRO, à garantia, à assistência técnica e à correção de eventuais vícios ou defeitos.

10.2.4. Considerando que o mercado dispõe de fornecedores aptos ao fornecimento integral do objeto, a vedação não restringe indevidamente a competitividade, preservando a responsabilidade única do fornecedor, a padronização da frota, a rastreabilidade técnica, a eficiência da fiscalização e a segurança na execução contratual.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, quando solicitado ou quando houver exigência específica no processo ou no instrumento convocatório, cuja autenticidade poderá ser verificada no sítio oficial competente;

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.11. Não há exigência de ato específico de autorização para exercício da atividade, expedido por órgão regulador, como condição de habilitação, nos termos da parte final do art. 66 da Lei nº 14.133/2021. Permanecem exigíveis, contudo, as comprovações técnicas e documentais previstas neste Termo de Referência, especialmente a apresentação do CAT/INMETRO (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) relativo à transformação veicular, quando do fornecimento/entrega, bem como os demais documentos e certificados aplicáveis ao objeto.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da regulamentação vigente;

10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da legislação aplicável;

10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual e/ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

10.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante.

10.21.1. A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelo licitante por meio da aplicação dos seguintes índices econômico-financeiros, extraídos do balanço patrimonial indicado acima, calculados com duas casas decimais, observando-se os resultados mínimos a seguir:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) = $AC/PC \geq 1,00$
- Índice de Liquidez Geral (ILG) = $(AC + RLP) / (PC + ELP) \geq 1,00$
- Índice de Endividamento Geral (IEG) = $(PC + ELP) / AT < 1,00$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Onde: AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; ELP = Exigível a Longo Prazo; AT = Ativo Total.

10.21.2. Os licitantes que apresentarem resultado inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Corrente (ILC) e Liquidez Geral (ILG) ou resultado maior ou igual a 1 (um) no Índice de Endividamento Geral (IEG) deverão comprovar, considerados os riscos da Administração, o patrimônio líquido mínimo de 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.21.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.21.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.21.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.

10.21.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.22. Não se aplica a exigência de registro ou inscrição da empresa em entidade profissional, por não haver determinação legal específica de conselho de fiscalização profissional vinculando, como condição de exercício, a atividade principal relacionada ao fornecimento do objeto desta contratação.

10.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem fornecimento de ambulâncias (veículo transformado e equipado) ou fornecimento de veículos especiais/transformados com características compatíveis.

10.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão, no mínimo, evidenciar:

10.23.1.1. fornecimento de veículo automotor transformado e/ou equipado para finalidade específica (ex.: ambulância, unidade móvel, veículo especial), com entrega completa e operacional;

10.23.1.2. inclusão/instalação de sistemas e equipamentos embarcados (ex.: sinalização, sistema elétrico auxiliar, climatização e fixações/mobiliário), compatíveis com o objeto;

10.23.1.3. fornecimento em quantidade compatível com o objeto, admitindo-se quantitativo mínimo de até 50% (cinquenta por cento) do item pertinente, conforme art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

10.23.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.23.5. Como requisito técnico de conformidade do objeto, deverá ser assegurada a apresentação, no fornecimento/entrega, do CAT/INMETRO (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) referente à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

transformação veicular, bem como dos demais documentos e certificados exigidos neste Termo de Referência para aceitação do objeto, sem prejuízo das exigências de habilitação previstas no edital.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.651.800,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

| Item | Descrição | Qtd. | Valor unitário referencial (R\$) | Valor total estimado (R\$) |
|--------------------------------------|--|------|----------------------------------|----------------------------|
| 1 | Ambulância Tipo B – Suporte Básico (0 km, transformada e equipada) | 02 | 365.800,00 | 731.600,00 |
| 2 | Ambulância Tipo D – Suporte Avançado (0 km, transformada e equipada) | 02 | 460.100,00 | 920.200,00 |
| Total estimado da contratação | | | | 1.651.800,00 |

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 10.302 – Função: Saúde – Subfunção: Atenção Especializada;
- II. Fonte de Recursos: 101 – 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
- III. Programa de Trabalho: 10.302.0045.2.395 – Ação: Manutenção da Assistência Complementar;
- IV. Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS

13.1. O objeto da presente contratação possui natureza de fornecimento de bens permanentes, consistente na aquisição de ambulâncias novas, transformadas, equipadas, regularizadas e aptas ao uso, não se caracterizando como prestação de serviço contínuo, contrato de obra, serviço de engenharia ou contratação com dedicação exclusiva ou predominante de mão de obra.

13.2. Não se aplicam ao presente objeto cláusulas próprias de contratos de prestação de serviços contínuos, de mão de obra terceirizada, de dedicação exclusiva de trabalhadores ou de obras de engenharia, devendo eventuais referências dessa natureza ser suprimidas ou interpretadas como inaplicáveis à presente contratação.

Rio das Ostras, 24 de junho de 2026

Deiva Motta da Costa
Subsecretária de Atenção Especializada

Victor Lemos S. Bernardino
Assessor Executivo I
22845-1



ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº. _____/2026.

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO “B” (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO – USB) E AMBULÂNCIAS TIPO “D” (UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – USA), NOVAS (0 KM), TRANSFORMADAS E EQUIPADAS, COM CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – CAT (INMETRO), EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14561 E PORTARIA MS Nº 2.048/2002, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ 39.223.581/0001-66 nº doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. _____, de um lado, e de outro lado, a empresa, _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e inscrita no CPF sob o nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo nº 9580/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO “B” (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO – USB) E AMBULÂNCIAS TIPO “D” (UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – USA), NOVAS (0 KM), TRANSFORMADAS E EQUIPADAS, COM CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – CAT (INMETRO), EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 14561 E PORTARIA MS Nº 2.048/2002, com estrita observância de todas as exigências, prazos, normas, elementos, especificações, condições gerais constata neste Instrumento e no Termo de Referência, ao qual se encontra vinculada, nos termos do art. 92, II da Lei 14133/2021.

Parágrafo Primeiro

Em cumprimento ao disposto nesta cláusula, a contratada se obriga a fornecer ao MUNICÍPIO a fornecer o(s) bem(ens) relacionados na proposta, cujos preços são relativos ao orçamento fornecido pela CONTRATADA, obedecendo rigorosamente à quantidade, unidade e especificação, preço unitário, os preços totais e o preço total geral, constante do Processo Administrativo nº 9580/2025, que, embora não transcritos são considerados parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.

Parágrafo Segundo

Do objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Parágrafo Primeiro

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

Parágrafo Segundo

O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

Parágrafo Quinto

O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO (art. 92, V)

O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

Parágrafo Primeiro

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo

Os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O pagamento da despesa será efetuado de forma integral, no prazo máximo de até 30 (trinta) úteis, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura., pela Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, de acordo com os serviços prestados, (descrito no Termo de Referência deste instrumento), conforme previsto no artigo 141 e seguintes da Lei Federal nº 14133/2021, bem como previsões constantes do artigo 205 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.884/2024.

Parágrafo Primeiro

As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

- I- nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor do fornecimento dos bens permanentes;

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

II- certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;

Parágrafo Segundo

Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

Parágrafo Terceiro

Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

Parágrafo Quarto

Em caso de não cumprimento do inciso II (certidão de regularidade fiscal), o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente junto ao ente municipal, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário do município as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

Parágrafo Quinto

Em caso de não concordância com a compensação de eventuais débitos devidos ao município, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.

Parágrafo Sexto

Em caso de não cumprimento do inciso III (regularidade previdenciária e trabalhista) e IV (comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra, bem os documentos exigidos no art. 46, quando se tratar de serviço de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra), o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas no Decreto 3.884/2024.

Parágrafo Sétimo

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Em razão de se tratar de aquisição de bens permanentes, com fornecimento integral em remessa única e prazo de entrega inferior a 12 (doze) meses, não haverá incidência de reajuste contratual durante a execução ordinária do objeto.

Parágrafo Primeiro

Os preços contratados serão fixos e irredutíveis, ressalvadas as hipóteses legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando devidamente comprovadas e formalmente reconhecidas pela Administração, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE

São obrigações do Contratante:

- 1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostrs.rj.gov.br 43



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

- 1.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 1.1.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro

Os servidores responsáveis pela fiscalização deverão acompanhar toda execução deste contrato, bem como atestar a sua realização.

Parágrafo Segundo

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- b) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

- i) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- k) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- l) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- m) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- n) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- o) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- p) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- s) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro.

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Parágrafo Sexto

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sétimo

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Oitavo

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Nono

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Décimo

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Primeiro

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL (art. 92, XII e XIII)

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Primeiro

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Segundo

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Parágrafo Terceiro

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo quinto.

Parágrafo Quarto

Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Quinto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Sexto

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- i. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- ii. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- iii. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

Parágrafo Sétimo

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Oitavo

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Instituição Financeira, com correção monetária.

Parágrafo Nono

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Parágrafo Décimo

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Parágrafo Décimo Primeiro

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de *10 dias úteis*, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Décimo Segundo

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Parágrafo Décimo Terceiro

Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Parágrafo Décimo Quarto

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

Parágrafo Décimo Quinto

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência

II- multa: a) compensatória; b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "a" do inciso II.

Parágrafo Segundo

A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- o atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

- o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - q) deixar de repor funcionários faltosos;
 - r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
 - u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
- b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no [art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Parágrafo Terceiro

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Quarto

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

Parágrafo Quinto

O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Sexto

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Parágrafo Sétimo

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

Parágrafo Oitavo

Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto;
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
 - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

Parágrafo Nono

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Parágrafo Décimo

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Parágrafo Décimo Primeiro

Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo Décimo Segundo

O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Parágrafo Décimo Terceiro

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo Décimo Quarto

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Parágrafo Décimo Quinto

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Parágrafo Décimo Sexto

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Décimo Sétimo

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA

O MUNICÍPIO poderá extinguir administrativamente o presente Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no Inciso I do artigo 138 e artigo 139 da Lei Federal nº 14133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa e observado o mesmo diploma legal.

Parágrafo Único

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

A extinção de que trata a presente cláusula acarretará a CONTRATADA, no que couber, a consequência de que tratam o artigo 138 da Lei Federal nº 14133/2021, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato e na mencionada Lei Federal nº 14133/2021, bem como multa de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, para o caso de extinção por culpa da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONSENSUAL

Ocorrerá a extinção consensual quando houver acordo entre as partes, desde que haja conveniência para Administração. A extinção por qualquer causa não imputável a CONTRATADA implica no pagamento a ela de quantia equivalente aos serviços executados ou bens fornecidos, em perfeitas condições, apurados pela Fiscalização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OUTRAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO

Dar-se-á, ainda, a extinção do presente Contrato, no caso de ocorrer uma das hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14133/2021.

Parágrafo Único

Este Instrumento, se assim convier ao MUNICÍPIO, ficará automaticamente extinto, de acordo com o artigo 139 da Lei Federal nº 14133/2021, cabendo a CONTRATADA, exclusivamente, o recebimento dos serviços ou bens executados/recebidos até aquela data e o respectivo reajustamento, caso exista, sem qualquer indenização, visto esta, neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito que a Lei lhe conferir nesse sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da Secretaria Municipal de Saúde, através das dotações abaixo especificadas:

- NOTA DE EMPENHO Nº ____/2026
- PROGRAMA DE TRABALHO: _____
- ELEMENTO DA DESPESA: _____
- EMITIDA EM ____/____/2026
- VALOR: R\$ _____

Parágrafo Único

Os recursos orçamentários e financeiros necessários à cobertura integral deste Contrato estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária, como metas e prioridades do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA GESTÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à Administração Pública a designação formal de um gestor do contrato, por meio de ato próprio da autoridade competente, o qual será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e gerenciamento da execução contratual, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, podendo contar com o auxílio de fiscais setoriais ou equipe de apoio designada para esse fim.

Parágrafo Primeiro

O gestor do contrato atuará de forma preventiva e corretiva, promovendo as anotações necessárias em registros próprios, comunicando à autoridade competente quaisquer irregularidades verificadas, sugerindo a aplicação de sanções, se for o caso, e adotando todas as providências cabíveis para garantir a fiel execução do contrato.

Parágrafo Segundo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

A contratada obriga-se a atender às solicitações e orientações do gestor do contrato, bem como a permitir o pleno acesso às informações, documentos e locais relacionados à execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo

O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RECURSOS

Contra as decisões de que resultarem sanções administrativas a CONTRATADA poderá:

- a) Recorrer à autoridade superior no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da aplicação da sanção;
- b) Pedir reconsideração da decisão que declarar a inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da decisão.

Parágrafo Primeiro

Os recursos e pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo, exceto se este lhe for atribuído pela autoridade competente para conhecê-lo em última instância.

Parágrafo Segundo

Ressalvado o disposto na alínea “a” desta cláusula, os recursos serão dirigidos à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-los subir, devidamente informados. A reconsideração da decisão está sujeita a recurso “*ex-offício*”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Serão cobrados em processos de execução os valores correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas a CONTRATADA, bem como os das perdas e danos e dos prejuízos sofridos pela Municipalidade em decorrência da má execução ou da inexecução do Contrato. Nesse caso a CONTRATADA ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e dos honorários de advogados, fixados desde logo em 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elege para foro do Contrato o da Comarca do Município de Rio das Ostras, com expressa renúncia a qualquer outro, por privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOCUMENTOS E QUITAÇÕES

A CONTRATADA e seus representantes legais apresentaram os documentos comprobatórios das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente Termo, inclusive quitações de Tributos Municipais, Estaduais e Federais e dos ônus previdenciários.

Este Termo de Contrato é assinado em 03 (três) vias de igual teor.

Rio das Ostras, _____ de _____ de 2026.

P/ MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



ANEXO III - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

| Item | ESPECIFICAÇÃO Descrição completa do material | CATMAT | UNIDADE | QUANT. | VALORES ESTIMADOS R\$ | |
|------|---|--------|---------|--------|--------------------------|------------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 1 | <p>Ambulância Tipo "B" – Suporte Básico : Finalidade: transporte de pacientes sem risco de vida, para remoções simples entre unidades, realização de exames específicos ou retorno à residência, no âmbito da Rede da SMS.</p> <p>Descrição geral: veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, potência mínima 103 CV, PBT mínimo 3.500 kg, ar-condicionado na cabine e no salão, direção hidráulica, sistema de comunicação fixo e móvel, sirene e sistema de iluminação/sinalização de emergência (incluindo giroscópio). Carroceria/cabine (salão do paciente): altura mínima 1,70 m (assoalho ao teto), largura mínima 1,60 m (a 30 cm do assoalho) e comprimento mínimo 2,10 m (porta traseira ao encosto do banco do motorista), com comunicação ampla entre cabine e salão; degrau/estribo na porta traseira quando distância do solo ao piso do salão > 50 cm. Portas: traseiras com abertura mínima em duas posições (90° e 180° ou 90° e 270°), altura mínima 1,70 m, retenção automática; altura interna original de fábrica (sem alterações estruturais); porta lateral de correr; travas de segurança; vidros traseiros jateados com duas faixas transparentes.</p> <p>Sistema elétrico: sistema original do veículo com bateria adicional independente para o compartimento de atendimento (mín. 120 A, 12 V, sem manutenção), instalada em local seguro e de fácil acesso; alimentação por duas baterias (chassi e auxiliar), suportando funcionamento simultâneo dos equipamentos; sistema automático que impeça uso da bateria do motor para alimentar o compartimento e luzes de emergência com motor desligado; circuitos do salão independentes do chassi; proteção por disjuntores/dispositivos eletrônicos e diagramas em português; central elétrica com disjuntor térmico/automático, relés, base de fusíveis e chave geral próxima ao motorista; inversor 12 V para 110/220 V com potência mínima 1000 W; painel elétrico interno com régua integrada contendo no mínimo 6 tomadas (4 de 110 V – 2P+T e 2 de 12 V) com interruptores iluminados, mantendo distância mínima de 31 cm de qualquer ponto de oxigênio; tomada externa tripolar para captação de energia na parte superior do lado</p> | 48518 | UND | 02 | 365.800,00 | 731.600,00 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

esquerdo, próxima à porta do motorista, com extensão mínima 20 m. Iluminação: natural pelas janelas (vidros jateados com duas faixas transparentes); artificial com no mínimo 4 luminárias no teto (diâmetro mín. 20 cm, base em aço inox, lâmpadas alógenas de dupla intensidade e lente em policarbonato), distribuídas conforme ABNT; 2 luminárias com foco direcionado para a maca (lâmpadas dicróicas mín. 50 W); iluminação artificial funcionando com motor ligado ou desligado; holofote traseiro externo com foco direcional em 180°. Sinalização acústica e luminosa: iluminação interna com 2 luminárias; dianteira com sinalizador ótico-acústico-visual sem interferência eletromagnética; laterais com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores de cada lado; traseira com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores das portas traseiras e 1 farol de embarque no teto. Ventilação/climatização: ventilação por janelas e ar-condicionado; motorista com sistema original do fabricante; compartimento do paciente com climatização conforme item 5.12 da NBR 14.561. Equipamentos mínimos: maca articulada com colchonete, suporte de soro/plasma, rodas e 3 cintos reguláveis com fecho tipo "push boton" (mín. 1,80 m); cadeira de rodas dobrável; pranchas longas (02) com imobilizador lateral de cabeça e 3 cintos reguláveis (suporte até 200 kg); conjunto de colares cervicais; suporte de soro/plasma; suporte duplo de oxigênio de 16 L; cilindro de oxigênio de 16 L com válvula e manômetro + 1 cilindro reserva; conjunto de colares cervicais adulto e pediátrico; EPI (óculos, máscaras, capotes/aventais e luvas). Desenho interior: reforço na lateral esquerda para fixação de equipamentos; banco baú com encostos/assentos estofados para acompanhantes com cintos; armário superior esquerdo em compensado naval revestido em fórmica com portas corredeiras em acrílico transparente; assento do profissional responsável, anatômico, regulável e giratório com cinto; revestimento interno lavável de alta resistência e piso antiderrapante; acolchoamento nas 4 laterais; janela com abertura; trilho para fixação da maca. Sistema de oxigênio/ar comprimido: rede de oxigênio com régua tripla para respirador, fluxômetro com umidificador e aspirador tipo Venturi, com 2 cilindros de 16 L (válvula/manômetro) em suportes com cintas reguláveis permitindo uso alternado; sistema portátil de oxigênio completo com cilindro mín. 0,5 m³, válvula redutora, manômetro,

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostras.rj.gov.br 56



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | | |
|---|---|-------|-----|----|------------|------------|
| | fluxômetro e circuito do paciente, acondicionado em estojo com alça e fixação no salão e na maca. | | | | | |
| 2 | <p>Ambulância Tipo "D" – Suporte Avançado (0 km)</p> <p>Finalidade: transporte de pacientes que demandam cuidados médicos intensivos, com suporte avançado à vida.</p> <p>Descrição geral: veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, adaptado para Ambulância Tipo D (Suporte Avançado), com motor diesel turboalimentado, potência mínima 103 CV, PBT mínimo 3.500 kg, ar-condicionado na cabine e no compartimento de atendimento, direção hidráulica, sistema de comunicação fixo e móvel, sirene e sistema de iluminação/sinalização de emergência (incluindo giroflex/giroscópio).</p> <p>Carroceria/cabine (salão do paciente): altura interna mínima 1,70 m (assoalho ao teto), largura mínima 1,60 m (a 30 cm do assoalho) e comprimento mínimo 2,10 m (porta traseira ao encosto do banco do motorista).</p> <p>Portas: duas portas traseiras com abertura mínima em duas posições (90° e 180° ou 270°), com retenção automática; altura mínima 1,70 m; altura interna original de fábrica (sem alterações estruturais); porta lateral de correr; travas de segurança; vidros traseiros jateados com duas faixas transparentes.</p> <p>Sistema elétrico: sistema original do veículo com bateria adicional independente para o compartimento; bateria auxiliar mínima 120 A, 12 V, sem manutenção; isolamento automático da bateria do motor quando veículo desligado; circuitos independentes (chassi e compartimento); proteção por disjuntores automáticos/manuais de fácil acesso; inversor 12 V para 110/220 V com potência mínima 1.000 W; painel interno com no mínimo 6 tomadas (4 de 110 V AC e 2 de 12 V DC); tomada externa tripolar para captação de energia com extensão mínima 20 m.</p> <p>Ventilação/climatização: janelas com sistema de abertura/fechamento; ar-condicionado independente no compartimento de atendimento; em conformidade com a NBR 14.561.</p> <p>Desenho interior: reforço lateral para fixação de equipamentos médicos; banco baú para acompanhantes com cintos; lixeira e compartimento para prancha longa; armários superiores e inferiores em compensado naval revestido; assento anatômico giratório com cinto para profissional de saúde; revestimento interno lavável de alta resistência e piso antiderrapante; trilho para fixação da maca; acolchoamento nas 4 laterais; janela com</p> | 48518 | UND | 02 | 460.100,00 | 920.200,00 |

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostras.rj.gov.br 57



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>abertura.</p> <p>Iluminação: natural por janelas; artificial com no mínimo 4 luminárias no teto e 2 direcionais sobre a maca; holofote traseiro externo com foco direcional.</p> <p>Sinalização acústica e luminosa: dianteira com sinalizador acústico-visual e sirene eletrônica de 100 W; laterais com luz branca de cena e luzes vermelhas de advertência; traseira com luzes vermelhas de advertência e farol de embarque.</p> <p>Materiais/equipamentos mínimos: bombas de infusão; monitor; desfibrilador; cardioversor bifásico; oxímetro de pulso portátil; ventilador pulmonar portátil para adultos e pediátrico; maca articulada com cintos; cadeira de rodas dobrável; pranchas longas; conjunto de colares cervicais adulto e pediátrico.</p> <p>Sistema de oxigênio: rede fixa de oxigênio com régua tripla; dois cilindros de oxigênio de 16 L; sistema portátil completo de oxigênio com possibilidade de fixação na maca.</p> | | | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 1.651.800,00 | | | | | |



ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS

| Item | ESPECIFICAÇÃO Descrição completa do material | MARCA/ MODELO | UNIDADE | QUANT. | VALORES ESTIMADOS R\$ | |
|------|--|------------------|---------|--------|-----------------------|-------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 1 | <p>Ambulância Tipo "B" – Suporte Básico : Finalidade: transporte de pacientes sem risco de vida, para remoções simples entre unidades, realização de exames específicos ou retorno à residência, no âmbito da Rede da SMS. Descrição geral: veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, potência mínima 103 CV, PBT mínimo 3.500 kg, ar-condicionado na cabine e no salão, direção hidráulica, sistema de comunicação fixo e móvel, sirene e sistema de iluminação/sinalização de emergência (incluindo giroscópio). Carroceria/cabine (salão do paciente): altura mínima 1,70 m (assoalho ao teto), largura mínima 1,60 m (a 30 cm do assoalho) e comprimento mínimo 2,10 m (porta traseira ao encosto do banco do motorista), com comunicação ampla entre cabine e salão; degrau/estribo na porta traseira quando distância do solo ao piso do salão > 50 cm. Portas: traseiras com abertura mínima em duas posições (90° e 180° ou 90° e 270°), altura mínima 1,70 m, retenção automática; altura interna original de fábrica (sem alterações estruturais); porta lateral de correr; travas de segurança; vidros traseiros jateados com duas faixas transparentes. Sistema elétrico: sistema original do veículo com bateria adicional independente para o compartimento de atendimento (mín. 120 A, 12 V, sem manutenção), instalada em local seguro e de fácil acesso; alimentação por duas baterias (chassi e auxiliar), suportando funcionamento simultâneo dos equipamentos; sistema automático que impeça uso da bateria do motor para alimentar o compartimento e luzes de emergência com motor desligado; circuitos do salão independentes do chassi; proteção por disjuntores/dispositivos eletrônicos e diagramas em português; central elétrica com disjuntor térmico/automático, relés, base de fusíveis e chave geral próxima ao motorista; inversor 12 V para 110/220 V com potência mínima 1000 W; painel elétrico interno com régua integrada contendo no mínimo 6 tomadas (4 de 110 V – 2P+T e 2 de 12 V) com interruptores iluminados, mantendo distância mínima de 31 cm de qualquer ponto de oxigênio; tomada externa tripolar para captação de energia na parte superior do lado esquerdo, próxima à porta do motorista, com extensão mínima 20 m. Iluminação: natural pelas janelas (vidros jateados com duas faixas transparentes); artificial com no</p> | | UND | 02 | | |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | | |
|---|---|--|-----|----|--|--|
| | <p>mínimo 4 luminárias no teto (diâmetro mín. 20 cm, base em aço inox, lâmpadas alógenas de dupla intensidade e lente em policarbonato), distribuídas conforme ABNT; 2 luminárias com foco direcionado para a maca (lâmpadas dicróicas mín. 50 W); iluminação artificial funcionando com motor ligado ou desligado; holofote traseiro externo com foco direcional em 180°. Sinalização acústica e luminosa: iluminação interna com 2 luminárias; dianteira com sinalizador ótico-acústico-visual sem interferência eletromagnética; laterais com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores de cada lado; traseira com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores das portas traseiras e 1 farol de embarque no teto. Ventilação/climatização: ventilação por janelas e ar-condicionado; motorista com sistema original do fabricante; compartimento do paciente com climatização conforme item 5.12 da NBR 14.561. Equipamentos mínimos: maca articulada com colchonete, suporte de soro/plasma, rodas e 3 cintos reguláveis com fecho tipo "push boton" (mín. 1,80 m); cadeira de rodas dobrável; pranchas longas (02) com imobilizador lateral de cabeça e 3 cintos reguláveis (suporte até 200 kg); conjunto de colares cervicais; suporte de soro/plasma; suporte duplo de oxigênio de 16 L; cilindro de oxigênio de 16 L com válvula e manômetro + 1 cilindro reserva; conjunto de colares cervicais adulto e pediátrico; EPI (óculos, máscaras, capotes/aventais e luvas). Desenho interior: reforço na lateral esquerda para fixação de equipamentos; banco baú com encostos/assentos estofados para acompanhantes com cintos; armário superior esquerdo em compensado naval revestido em fórmica com portas corrediças em acrílico transparente; assento do profissional responsável, anatômico, regulável e giratório com cinto; revestimento interno lavável de alta resistência e piso antiderrapante; acolchoamento nas 4 laterais; janela com abertura; trilho para fixação da maca. Sistema de oxigênio/ar comprimido: rede de oxigênio com régua tripla para respirador, fluxômetro com umidificador e aspirador tipo Venturi, com 2 cilindros de 16 L (válvula/manômetro) em suportes com cintas reguláveis permitindo uso alternado; sistema portátil de oxigênio completo com cilindro mín. 0,5 m³, válvula redutora, manômetro, fluxômetro e circuito do paciente, acondicionado em estojo com alça e fixação no salão e na maca.</p> | | | | | |
| 2 | <p>Ambulância Tipo "B" – Suporte Básico : Finalidade: transporte de pacientes sem risco de vida, para remoções simples entre unidades, realização de exames específicos ou retorno à</p> | | UND | 02 | | |

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostrs.rj.gov.br 60



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>residência, no âmbito da Rede da SMS.</p> <p>Descrição geral: veículo tipo furgão monobloco, original de fábrica, potência mínima 103 CV, PBT mínimo 3.500 kg, ar-condicionado na cabine e no salão, direção hidráulica, sistema de comunicação fixo e móvel, sirene e sistema de iluminação/sinalização de emergência (incluindo giroscópio).</p> <p>Carroceria/cabine (salão do paciente): altura mínima 1,70 m (assoalho ao teto), largura mínima 1,60 m (a 30 cm do assoalho) e comprimento mínimo 2,10 m (porta traseira ao encosto do banco do motorista), com comunicação ampla entre cabine e salão; degrau/estribo na porta traseira quando distância do solo ao piso do salão > 50 cm.</p> <p>Portas: traseiras com abertura mínima em duas posições (90° e 180° ou 90° e 270°), altura mínima 1,70 m, retenção automática; altura interna original de fábrica (sem alterações estruturais); porta lateral de correr; travas de segurança; vidros traseiros jateados com duas faixas transparentes.</p> <p>Sistema elétrico: sistema original do veículo com bateria adicional independente para o compartimento de atendimento (mín. 120 A, 12 V, sem manutenção), instalada em local seguro e de fácil acesso; alimentação por duas baterias (chassi e auxiliar), suportando funcionamento simultâneo dos equipamentos; sistema automático que impeça uso da bateria do motor para alimentar o compartimento e luzes de emergência com motor desligado; circuitos do salão independentes do chassi; proteção por disjuntores/dispositivos eletrônicos e diagramas em português; central elétrica com disjuntor térmico/automático, relés, base de fusíveis e chave geral próxima ao motorista; inversor 12 V para 110/220 V com potência mínima 1000 W; painel elétrico interno com régua integrada contendo no mínimo 6 tomadas (4 de 110 V – 2P+T e 2 de 12 V) com interruptores iluminados, mantendo distância mínima de 31 cm de qualquer ponto de oxigênio; tomada externa tripolar para captação de energia na parte superior do lado esquerdo, próxima à porta do motorista, com extensão mínima 20 m.</p> <p>Iluminação: natural pelas janelas (vidros jateados com duas faixas transparentes); artificial com no mínimo 4 luminárias no teto (diâmetro mín. 20 cm, base em aço inox, lâmpadas alógenas de dupla intensidade e lente em policarbonato), distribuídas conforme ABNT; 2 luminárias com foco direcionado para a maca (lâmpadas dicróicas mín. 50 W); iluminação artificial funcionando com motor ligado ou desligado; holofote traseiro externo com foco direcional em 180°.</p> <p>Sinalização acústica e luminosa: iluminação interna com 2 luminárias; dianteira com sinalizador ótico-acústico-visual sem interferência</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Ethelberto Fontes, Quadra 09, Lote 01 – Loteamento Jardim Campomar
Rio das Ostras – RJ – Brasil – Cep: 28890-371

www.riodasostras.rj.gov.br 61



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE

eletromagnética; laterais com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores de cada lado; traseira com 2 luzes vermelhas de advertência nas extremidades superiores das portas traseiras e 1 farol de embarque no teto. Ventilação/climatização: ventilação por janelas e ar-condicionado; motorista com sistema original do fabricante; compartimento do paciente com climatização conforme item 5.12 da NBR 14.561. Equipamentos mínimos: maca articulada com colchonete, suporte de soro/plasma, rodas e 3 cintos reguláveis com fecho tipo "push boton" (mín. 1,80 m); cadeira de rodas dobrável; pranchas longas (02) com imobilizador lateral de cabeça e 3 cintos reguláveis (suporte até 200 kg); conjunto de colares cervicais; suporte de soro/plasma; suporte duplo de oxigênio de 16 L; cilindro de oxigênio de 16 L com válvula e manômetro + 1 cilindro reserva; conjunto de colares cervicais adulto e pediátrico; EPI (óculos, máscaras, capotes/aventais e luvas). Desenho interior: reforço na lateral esquerda para fixação de equipamentos; banco baú com encostos/assentos estofados para acompanhantes com cintos; armário superior esquerdo em compensado naval revestido em fórmica com portas corrediças em acrílico transparente; assento do profissional responsável, anatômico, regulável e giratório com cinto; revestimento interno lavável de alta resistência e piso antiderrapante; acolchoamento nas 4 laterais; janela com abertura; trilho para fixação da maca. Sistema de oxigênio/ar comprimido: rede de oxigênio com régua tripla para respirador, fluxômetro com umidificador e aspirador tipo Venturi, com 2 cilindros de 16 L (válvula/manômetro) em suportes com cintas reguláveis permitindo uso alternado; sistema portátil de oxigênio completo com cilindro mín. 0,5 m³, válvula redutora, manômetro, fluxômetro e circuito do paciente, acondicionado em estojo com alça e fixação no salão e na maca.

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$

VALIDADE DA PROPOSTA É DE 90 (NOVENTA) DIAS DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO.

EM,/...../.....

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo com CNPJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE SAÚDE